

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 54.651 - SC (2014/0329102-6)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : **ALEX ALBERT BREIER**
ADVOGADOS : **DÉBORA ROSANA LINDNER E OUTRO(S)** - SC018381
MONIKA EMILIA HARTKE - SC021314
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por **ALEX ALBERT BREIER** contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina no HC n.º 2014.064100-5.

Consta nos autos que o paciente foi denunciado (por cinco vezes) pela suposta prática do delito tipificado no art. 2.º, inciso II, da Lei n.º 8.137/1990, na forma dos arts. 69 e 71, ambos do Código Penal, porque, na condição de sócio-administrador da empresa OCA TRANSPORTES LTDA., teria deixado de efetuar, no prazo legal, o recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

Foram instauradas cinco ações penais distintas, relativas a períodos diferentes de impostos (ICMS) declarados e não pagos.

Pretendendo o trancamento das referidas ações penais, a defesa impetrou prévio *writ* perante o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que denegou a ordem, por meio de acórdão assim ementado:

"*HABEAS CORPUS*. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ART. 2º, INCISO II, DA LEI 8.137/1990).

PEDIDO DE TRANCAMENTO DAS CINCO AÇÕES PENAIS INTENTADAS EM DESFAVOR DO PACIENTE. DESCABIMENTO. NOTIFICAÇÕES FISCAIS DIVERSAS, OBJETO DE PARCELAMENTOS DISTINTOS, CANCELADOS POR INADIMPLEMENTO. PRESENÇA DE JUSTA CAUSA, NA ESPÉCIE, PARA APURAR OS SUPOSTOS DELITOS DE SONEGAÇÃO FISCAL. NEGATIVA DE AUTORIA E ATIPICIDADE DA CONDUTA.

ARGUMENTOS QUE DEMANDAM ANÁLISE APROFUNDADA DO CONTEXTO FÁTICO PROBATÓRIO.

IMPOSSIBILIDADE NA VIA ESTREITA DO *WRIT*. TESE PASSÍVEL DE AFERIÇÃO SOMENTE APÓS A REGULAR INSTRUÇÃO DOS FEITOS.

INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 2º, INCISO II, DA LEI N. 8.137/1990. VÍCIO INEXISTENTE. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NESTA CORTE DE JUSTIÇA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO DEMONSTRADO. ORDEM DENEGADA." (e-STJ, fl. 215).

No presente recurso ordinário, afirma o recorrente que não praticou os atos contidos nas denúncias, pois apesar de constar como administrador no contrato social da

Superior Tribunal de Justiça

empresa, delegou a maior parte de tal função, de administrar o financeiro da pessoa jurídica, para outra pessoa.

Argumenta que quando assumiu de fato a administração financeira da empresa, não conseguiu regularizar as obrigações tributárias.

Refere que, ainda que não se considere a total falta de autoria, trata-se de situação em que era inexigível conduta diversa, diante da grave crise econômico-financeira da empresa e de todo o setor de transportes.

Aduz a ausência de dolo ou má-fé de quem quer que fosse, pois a maior parte dos débitos relativos aos períodos noticiados nas exordiais acusatórias foi parcelado e integralmente pago.

Aponta a inconstitucionalidade do art. 2.º, inciso II, da Lei n.º 8.137/1990 e a atipicidade da conduta, alegando que os fatos narrados contra o paciente consubstanciam mero inadimplemento fiscal, mera dívida civil e que o processo penal está sendo utilizado como instrumento de arrecadação coativa dos tributos devidos.

Afirma, assim, que as denúncias são manifestamente ineptas, não existindo, também, justa causa para a ação penal.

Destaca a indevida propositura das quatro ações penais seguintes à primeira, por se tratarem dos mesmos fatos praticados em continuidade delitiva.

Requer o trancamento das cinco ações penais deflagradas contra o recorrente ou de pelo menos das quatro últimas.

Peticionando aos autos, o recorrente informa a propositura de uma sexta ação penal contra si e requer o seu trancamento, por se originar do mesmo fato das demais ações em tramitação (e-STJ, fls. 264-267).

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 252), o Ministério Público opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ, fls. 273-283).

É o relatório.

Decido.

O presente recurso encontra-se prejudicado.

Em consulta à página oficial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, na *internet*, colhem-se as informações de que a 1.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª e 6.ª Ações Penais n.º 0000214-14.2012.8.24.0038, n.º 0051429-29.2012.8.24.0038, n.º 0034181-16.2013.8.24.0038, n.º 0904143-59.2014.8.24.0038, e n.º 0910762-05.2014.8.24.0038, respectivamente, foram arquivadas diante da declaração de extinção da punibilidade do réu pela prescrição da pretensão punitiva estatal.

Remanesce, tão somente, a Ação Penal n.º 0010290-97.2012.8.24.0038 (2.ª), na qual o paciente foi condenado, em 31/07/2015, "como incurso no art. 2º, II, da Lei n.º 8.137/90, c/c art. 59, caput do Código Penal, [...] ao cumprimento da pena privativa de liberdade de 07 (sete) meses de detenção, no regime aberto, substituída pela pena restritiva de direitos de limitação de fim de semana; bem como no pagamento de 11 (onze) dias-multa". A sentença transitou em julgado para o Ministério Público em 27/07/2015 e tendo sido interposto recurso de apelação pela defesa, os autos foram remetidos para o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Em 29/03/2017, o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina suspendeu o curso da ação penal e do prazo prescricional em razão do parcelamento do débito fiscal, com fundamento no art. 9º da Lei n. 10.684/2003.

Superior Tribunal de Justiça

Diante do exposto, **julgo prejudicado** o recurso.
Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS
Relator

